



05 DE OUTUBRO DE 2016
Quarta-feira

- ÍNDICES DE CONFIANÇA DA INDÚSTRIA PARANAENSE DE SETEMBRO
- GREVE DOS BANCÁRIOS COMPLETA UM MÊS COM RODADA DE NEGOCIAÇÃO
- BANCÁRIOS SE REÚNEM COM PATRÕES HOJE PARA ENCERRAR GREVE
- CONFAZ EDITA NOVA REGRA PARA RESSARCIMENTO DE ICMS-ST
- METALÚRGICOS DA VOLVO PARAM PRODUÇÃO CONTRA REAJUSTE DE 50% DA INFLAÇÃO
- OPERÁRIOS PARAM FÁBRICA DA VOLVO NO PARANÁ POR REAJUSTE SALARIAL
- ERICSSON VAI CORTAR 3.900 EMPREGOS
- DESEMPENHO DE BENS DE CAPITAL EM 2016 É ALENTO DENTRO DA INDÚSTRIA, DIZ IBGE
- EMPRESAS TRANSFORMAM BUROCRACIA EM FONTE DE RENDA
- PARA MINISTRO, QUEDA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM AGOSTO PREOCUPA
- FRACO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DO BRASIL DEVE CONTINUAR, APONTA ÍNDICE
- SINDICATOS SE MOBILIZAM CONTRA PROJETO DE RICHA QUE SUSPENDE REAJUSTES
- CÂMARA AMPLIA LIMITE PARA EMPRESA PERMANECER NO SUPERSIMPLES
- SUPERSIMPLES VAI PERMITIR RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE EMPRESAS A PARTIR DE JANEIRO
- MESMO DEPOIS DE VÁRIOS AJUSTES, GOVERNO DO PARANÁ SEGUE COM CRISE DE CAIXA
- PERTO DA EXTINÇÃO, FATOR PREVIDENCIÁRIO POUPOU R\$ 75 BILHÕES AO INSS
- PLANALTO ADIA REUNIÃO COM CENTRAIS SINDICAIS SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- CUSTO BÁSICO DA CONSTRUÇÃO SOBE 0,22% EM SETEMBRO, DIZ SINDUSCON-SP
- PEDIDOS DE FALÊNCIA SUBIRAM 16,7% NO ACUMULADO ATÉ SETEMBRO, DIZ BOA VISTA SCPC

- BRASIL DEVE SAIR DA RECESSÃO NESTE TRIMESTRE, PREVÊ PRESIDENTE DA FEBRABAN
- AÉREAS QUEREM MAIS CLAREZA SOBRE TRIBUTAÇÃO DE RENDIMENTO ENVIADO AO EXTERIOR
- BRASIL VOLTARÁ A TER O OITAVO MAIOR PIB GLOBAL EM 2017, PREVÊ FMI
- ARTIGO: COM ALTO ÍNDICE DE DESEMPREGO, BRASIL JOGA FORA O SEU FUTURO
- OTIMIZAR PRODUÇÃO E RENEGOCIAR CONTRATO AJUDAM EMPRESAS A CRESCER
- ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO DE EMPRESA DEPENDE DO FATURAMENTO
- ANTES DE ABRIR EMPRESA, É PRECISO PLANEJAR O PRODUTO
- FINANCIAMENTO DEVE LEVAR EM CONTA QUAL O ESTÁGIO DO NEGÓCIO
- FECHAR DIREITO A EMPRESA É O PRIMEIRO PASSO PARA DAR A VOLTA POR CIMA
- MWM RENOVA ACORDO DE FORNECIMENTO COM O GRUPO PLA
- PIAGGIO JÁ IMPORTA VESPA E PROMETE FÁBRICA NO BRASIL
- IVECO APRESENTA CONCEITO Z TRUCK, QUE PRIORIZA AERODINÂMICA
- VENDAS GLOBAIS CAMINHAM PARA RECORDE DE 90 MILHÕES DE CARROS
- TUPY FORNECE BLOCOS DE MOTOR PARA FORD F-150

CÂMBIO EM 05/10/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,241	3,241
Euro	3,633	3,635

Fonte: BACEN

Índices de Confiança da Indústria Paranaense de Setembro

05/10/2016 – Fonte: FIEP

A FIEP apresenta os **Índices de Confiança** da Indústria Paranaense de **Setembro**. Os Índices de Confiança são pesquisas mensais de opinião empresarial que tem como objetivo medir o sentimento e as perspectivas da economia.

Para acessar os últimos resultados, clique aqui:

- ✓  [ICEC - ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO DA CONSTRUÇÃO](#)
- ✓  [ICET - ÍNDICE DE CONFIANÇA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO](#)

Greve dos bancários completa um mês com rodada de negociação

05/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) comunicou, na noite desta terça-feira (4), o Comando Nacional dos Bancários sobre uma nova rodada de negociações. A reunião acontecerá nesta quarta-feira (5), em São Paulo, às 17 horas. Após rodada com a Fenaban, está agendada negociação com o Banco do Brasil. A rodada de negociação com a Caixa acontecerá às 19 horas.

A Greve Nacional dos Bancários completa hoje 30 dias. Com isso, a paralisação já é a maior realizada pela categoria desde 1995.

Na capital paranaense e região metropolitana, 387 das 532 agências bancárias estavam paralisadas na terça-feira, além de 10 centros administrativos e cinco financeiras.

Segundo estimativas do Sindicato, mais de 15,7 mil bancários permanecem com os braços cruzados, o que representa mais de 85% de adesão.

Bancários se reúnem com patrões hoje para encerrar greve

05/10/2016 – Fonte: R7



Os bancários se encontram nesta quarta-feira (5) com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) para tentar colocar um ponto final na greve, que completa um mês hoje — a maior paralisação dos últimos 12 anos. A reunião está marcada para as 17h e será realizada em São Paulo.

Trata-se da 11ª rodada de negociação. O último encontro ocorreu na última quarta-feira (28), quando houve uma proposta de reajuste 7% e abono de R\$ 3.500, com aumento real de 0,5% para 2017.

Segundo os bancários, a proposta significa perda de 1,9% entre 2016 e 2017 e, por isso, foi rejeitada pela categoria.

Juvandia Moreira, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, afirmou que o encontro é uma chance para as instituições financeiras encerrarem a paralisação.

— Os bancos não podem perder mais essa oportunidade de encerrar a greve. Os trabalhadores e a população não podem ser mais uma vez prejudicados pela ganância dos banqueiros.

A data-base dos bancários é dia 1º de setembro. A categoria entregou pauta com as reivindicações no dia 9 de agosto e, após cinco rodadas de negociação com a Fenaban, não houve acordo para o índice de reajuste e demais reivindicações.

No final de agosto, os bancos apresentaram proposta com reajuste de 6,5% com R\$3.000 de abono para os trabalhadores. A categoria, após assembleias realizadas em todo o País no dia 1º de setembro, rejeitou proposta e greve teve início no dia 06 de setembro.

A segunda proposta dos patrões ofereceu reajuste de 7% (com 2,39% de perda salarial) e abono de R\$ 3.300, rejeitada na mesa de negociação. Outras duas reuniões não surtiram efeito.

A última oferta ocorreu na semana passada, também recusada pela categoria.

Existem cerca de 512 mil bancários no Brasil, sendo 142 mil na base do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, o maior do País.

Nos últimos doze anos, a categoria conseguiu aumento real acumulado entre 2004 e 2015 de 20,85% e 42,1% no piso.

Reivindicações de 2016:

1. Reajuste Salarial de 14,78%, sendo 5% de aumento real, com inflação de 9,31%
2. PLR – três salários mais R\$ 8.317,90
3. Piso – Salário mínimo do Dieese (R\$ 3.940,24).
4. Vales Alimentação, Refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá – Salário Mínimo Nacional (R\$ 880)
5. 14º salário;
6. Fim das metas abusivas e assédio moral – A categoria é submetida a uma pressão abusiva por cumprimento de metas, que tem provocado alto índice de adoecimento dos bancários;
7. Emprego – Fim das demissões, ampliação das contratações, combate às terceirizações e precarização das condições de trabalho;
8. Melhores condições de trabalho nas agências digitais;
9. Mais segurança nas agências bancárias;
10. Auxílio-educação

Como é hoje:

1. Piso escritório após 90 dias - R\$1.976,10
2. Piso caixa/tesouraria após 90 dias - R\$ 2.669,45
3. PLR – Regra básica: 90% do salário + 2.021,79 (podendo chegar a 2,2 salários) e parcela adicional: 2,2% do lucro líquido dividido linearmente entre os trabalhadores, com teto de R\$ 4043,58

4. Auxílio-refeição: R\$ 29,64 por dia⁵.
5. Auxílio cesta alimentação e 13ª cesta - R\$ 491,52
6. Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) - R\$ 394,707
7. Auxílio-creche/babá (filhos até 83 meses) - R\$ 337,66

Confaz edita nova regra para ressarcimento de ICMS-ST

05/10/2016 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados - Advogados

Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), por meio do Convênio ICMS nº 93/2016, flexibilizou a forma de solicitação do ressarcimento do ICMS retido por Substituição Tributária (ICMS-ST) nas situações em que mercadorias já oneradas pelo ICMS-ST são objeto de operações interestaduais com novo destaque de ICMS.

Com a nova regra, o ressarcimento do ICMS-ST deverá ser efetuado pelo contribuinte substituído mediante a emissão de nota fiscal eletrônica, exclusiva para esse fim, em nome de qualquer estabelecimento inscrito como substituto tributário que seja seu fornecedor.

A nova regra produzirá efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Metalúrgicos da Volvo param produção contra reajuste de 50% da inflação

05/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Atividades foram paralisadas por um dia na fábrica de Curitiba. Funcionários voltam a se reunir na manhã de quarta-feira



Os metalúrgicos da fábrica da Volvo, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), paralisaram a produção por um dia em protesto contra o reajuste salarial oferecido pela empresa.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), a montadora propôs um aumento de 4,81%, equivalente a 50% da inflação acumulada em 12 meses medida pelo INPC (9,62%).

A decisão de cruzar os braços foi tomada em assembleia na manhã desta terça-feira (4). Os funcionários voltam a se reunir nesta quarta-feira (5) às 7 horas.

A fábrica da Volvo na CIC emprega 3,2 mil pessoas, das quais 1,8 mil na produção de caminhões, chassis de ônibus, cabines e motores. De acordo com o SMC, os 180 funcionários do centro de distribuição da empresa, em São José dos Pinhais, paralisaram as atividades já na segunda-feira (3).

“Não vamos abrir mão dos 100% de reposição da inflação. Este índice já é padrão no setor metalúrgicos da Grande Curitiba, inclusive em empresas bem menores que a Volvo”, disse, em nota, o presidente do SMC, Sérgio Butka. “Esperamos que a Volvo reveja sua postura. Estamos abertos a uma negociação que não penalize os trabalhadores e que mantenha o nível de competitividade da empresa.”

Sem condições

O vice-presidente de RH e Assuntos corporativos da Volvo, Carlos Morassutti, disse à **Gazeta do Povo** que a empresa não tem como oferecer o repasse de toda a inflação.

“Nossa capacidade ociosa é de mais de 70% e as vendas tiveram uma queda acumulada da ordem de 70% desde 2015. Estamos há dois anos carregando um excedente de pessoal na folha de pagamento. É uma situação atípica”, afirmou.

O executivo lembrou que nos últimos anos a companhia chegou a pagar participação nos lucros e resultados (PLR) de R\$ 30 mil e disse que, ao longo da última década, os salários da fábrica tiveram aumento real de mais de 40%.

“Quando a empresa vai bem e está ganhando dinheiro, não temos o menor problema em compartilhar os resultados com os funcionários. Mas não é essa a situação atual.”

Em maio, a montadora suspendeu o corte de 400 empregos e, em acordo com o SMC, abriu um Plano de Demissões Voluntárias (PDV) com adesão até 5 de dezembro.

Até agora, segundo Morassutti, menos de 100 pessoas aderiram ao programa. Se até dezembro ainda existir um excedente de mão de obra, a Volvo vai implantar um Programa de Demissões Involuntárias (PDI), com benefícios menores.

Operários param fábrica da Volvo no Paraná por reajuste salarial

05/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Em campanha salarial, os operários da Volvo paralisaram nesta terça-feira, 4, a produção na fábrica da montadora no Paraná em protesto contra a proposta da empresa que prevê correção dos vencimentos por apenas metade da inflação.

A reivindicação dos trabalhadores, a exemplo de acordos feitos com outras empresas da região, é por um aumento de 9,62%, o equivalente à reposição de toda a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em doze meses até a setembro, data-base de revisão salarial na Volvo.

Uma nova assembleia na porta da fábrica está marcada para amanhã, às 7 horas, para definir os rumos do movimento. Ontem, os operários já tinham paralisado as linhas de produção da montadora por duas horas, levando a multinacional de origem sueca a estender o expediente por uma hora, o que também foi alvo de protesto dos trabalhadores.

Segundo o sindicato dos metalúrgicos da região, a realização de hora extra teria que ter sido avisada com 48 horas de antecedência, conforme previsto no acordo coletivo.

Entre produção e departamentos administrativos, cerca de 3,2 mil pessoas trabalham na fábrica da Volvo, que produz caminhões e ônibus numa zona industrial de Curitiba.

Por conta da grave crise enfrentada pela indústria de veículos comerciais, onde a ociosidade passa de 70%, a montadora fechou nos últimos dois anos um dos dois turnos de produção e eliminou mais de 700 vagas – a maioria, cerca de 500, por meio de um programa de demissões voluntárias (PDV) realizado em 2015.

Em maio, a empresa fechou acordo com o sindicato para abrir um novo PDV, que segue aberto até 5 de dezembro com o objetivo de reduzir um excesso de mão de obra estimado em 400 trabalhadores.

Números preliminares mostram que o mercado de caminhões continuou em queda livre no mês passado, quando as vendas, de 4,1 mil unidades, encolheram em 30,1% na comparação com setembro de 2015 e 5,8% em relação a agosto.

O balanço consolidado do mês será divulgado amanhã pela Fenabreve, a entidade que abriga as concessionárias de veículos.

Ericsson vai cortar 3.900 empregos

05/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

As ações da empresa perderam 25% do valor neste ano



A fabricante sueca de equipamentos para telecomunicações Ericsson planeja cortar 3.900 empregos na Suécia, abandonando a maior parte das atividades de manufatura no país enquanto enfrenta um encolhimento do mercado de telefonia.

As ações da empresa perderam 25% do valor neste ano e o grupo está buscando por um novo presidente-executivo depois que Hans Vestberg foi afastado em julho. A Ericsson vai cortar 3.000 empregos na produção, pesquisa e desenvolvimento e outras funções além de 900 consultores.

“Estas medidas são necessárias para assegurar a competitividade de longo prazo da Ericsson, bem como liderança em tecnologia e serviços”, disse o presidente interino Jan Frykhammar, em comunicado.

A Ericsson emprega atualmente cerca de 16 mil pessoas na Suécia.

A empresa, porém, afirmou que vai recrutar cerca de mil posições em pesquisa e desenvolvimento na Suécia nos próximos três anos para apoiar a empresa em transições de tecnologia, junto a novos clientes e na criação de software.

Desempenho de bens de capital em 2016 é alento dentro da indústria, diz IBGE

05/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O desempenho positivo da fabricação de bens de capital é um alento dentro das más notícias trazidas pela indústria em agosto. No entanto, a melhora que a categoria de uso vem mostrando nos últimos meses pode ter limite caso não seja acompanhada por uma recuperação da demanda doméstica, avaliou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção de bens de capital avançou 0,4% em agosto ante julho, segundo a Pesquisa Industrial Mensal.

Na comparação com agosto de 2015, a alta foi de 5,0%, interrompendo uma sequência de 29 meses de quedas. No entanto, Macedo observa que o resultado se dá sobre uma

base de comparação muito baixa: em agosto de 2015 ante o mesmo mês de 2014, o recuo tinha sido de 32,7%.

"A gente não pode tirar do contexto dessa análise uma base de comparação muito baixa para bens de capital. E ainda adiciona a essa análise o efeito calendário: agosto desse ano teve dois dias úteis a mais que agosto do ano passado", ponderou o gerente do IBGE.

Segundo ele, os resultados para a categoria de uso são positivos em 2016, sob influência da melhora no humor de empresários mostrada por sondagens de confiança e pela redução de incertezas na economia.

"Olhando isoladamente 2016, bens de capital têm comportamento diferente e traz certo alento", reconheceu.

O índice de difusão dos bens de capital alcançou 53% em agosto, o que significa que mais da metade dos produtos investigados registraram aumento na produção. Porém, a fabricação da categoria de uso ainda está 41,6% abaixo do pico registrado em setembro de 2013.

Para o total da indústria, o índice de difusão alcançou 48,0% em agosto, o mais alto desde fevereiro de 2014.

"Tem o efeito calendário e mesmo assim significa que ainda tenho maior número de produtos em queda na produção do que em crescimento", ressaltou Macedo. A pesquisa do IBGE investiga a produção de 805 itens para o total da indústria.

Empresas transformam burocracia em fonte de renda

05/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Sinônimo de dor de cabeça, a burocracia costuma ser evitada por muita gente, exceto por quem encontrou nela um setor vasto e lucrativo.

Empresas especializadas em descomplicar a vida dos cidadãos comuns, empresários e, cada vez mais, do setor público, têm se espalhado pelo Brasil. A aposta é na terceirização da burocracia.

Um exemplo é a Cartório Mais. A rede de franquias opera com margem de lucro de 40% e teve um aumento de receita de 89% no último ano, quando chegou a R\$ 2,36 milhões. E a expectativa é continuar crescendo. "Não atingimos nem 10% do nosso potencial de negócios", afirma o diretor da companhia, Marcus Naves.

Entre os pontos fortes da franquia estão o baixo investimento —são de dois a quatro funcionários por unidade— e inadimplência zero. "O valor cobrado para montagem de loja, em média, de R\$ 15 mil, é muito econômico. Além disso, todos os produtos são ofertados após o pagamento", afirma Naves.

A taxa de franquia varia de R\$ 880 a R\$ 3.080, e a promessa é de retorno em 18 meses.

Outra companhia do ramo, a Contabilizei, surgiu há dois anos para solucionar problemas da área contábil e, no primeiro semestre de 2016, registrou 400% de crescimento em relação a 2015 inteiro. "Nosso modelo de negócio é favorecido na crise por oferecer economia e facilidade às empresas", diz o CEO Vitor Torres.

Para o advogado da USP Marcelo Domingues de Andrade, especialista em direito empresarial, a realidade brasileira faz com que as empresas que lidam com burocracia se tornem cada vez mais fundamentais. "É um emaranhado de normas, com várias legislações esparsas, muitas criadas a toque de caixa. O cidadão comum e até os empresários, às vezes, não ficam nem sabendo", diz.

Segundo ele, o poder público também tem trabalhado para diminuir a burocracia. Isso abriu outro nicho para as empresas. É o caso da Nama, contratada pelo Poupatempo de São Paulo para melhorar o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor). Por meio de robôs, a tecnologia da Nama responde dúvidas que chegam no site e nas redes sociais do programa, o que reduz o tempo de espera, e um funcionário só é usado em casos mais complexos.

Segundo o CEO da empresa, Rodrigo Scotti, em dois anos de operação, a companhia gerou R\$ 25 milhões em economia para seus clientes.

Apesar do sucesso das empresas, Andrade, da USP, recomenda algumas precauções nesse setor.

"As companhias podem prometer mundos e fundos para desburocratizar o dia a dia, assinam contratos e pedem valores adiantados, mas às vezes são situações comuns, que são fáceis de resolver sozinho."

Para ministro, queda da produção industrial em agosto preocupa

05/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

O ministro da Indústria e Comércio, Marcos Pereira, lamentou nesta terça-feira (4) a queda da produção industrial brasileira em agosto, o maior recuo desde janeiro de 2012. Segundo ele, o resultado causou "preocupação" no governo federal, que aposta em uma melhora nos indicadores industriais até o final do ano.

"Houve certa preocupação, porque estamos trabalhando para que os números voltem a crescer. É bem verdade que a crise que recebemos no país é bem aguda e profunda", disse. "Eu quero crer que até o final do ano e começo do próximo ano esses números já sejam melhores", acrescentou.

Em relação ao mesmo mês do ano passado, a queda foi de 5,2%, diante da expectativa de recuo de 4,8%. Na comparação mensal, a produção industrial teve um tombo de 3,8%, redução maior que a esperada pelo mercado, de 3,2%. No ano, a produção industrial acumula queda de 8,2%.

O ministro participou nesta terça-feira de reunião com entidades empresariais e centrais sindicais para discutir uma pauta de medidas para geração de emprego e renda.

O objetivo do grupo é discutir iniciativas em infraestrutura, exportações e negócios. Segundo ele, o objetivo é levar para o governo federal e para o Congresso Nacional sugestões em temas como acordos de leniência e venda de terras para estrangeiros.

Fraco desempenho da indústria do Brasil deve continuar, aponta índice

05/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

A produção da indústria brasileira teve, em agosto, sua maior queda desde janeiro de 2012. Dados de setembro indicam que o setor manteve o ritmo fraco, amargando o pior desempenho em um grupo de 28 países desenvolvidos e emergentes relevantes.

Com esse resultado, o processo de fraca recuperação do setor -que vinha se expandindo a um ritmo lento havia cinco meses- foi interrompido.

Segundo o IBGE, a atividade industrial recuou 3,8% em agosto na comparação com julho, contra uma contração média de 3,1% esperada por economistas do mercado financeiro. Indicadores preliminares de setembro apontam para a continuação de um desempenho fraco da indústria brasileira.

É o que mostra, por exemplo, o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês), que tenta prever o comportamento do setor com base em informações como ritmo de novas encomendas, contratações e nível de estoques.

Por esse indicador, calculado pela consultoria IHS Markit, a indústria brasileira teve, em setembro, o pior resultado entre 28 países pesquisados. Segundo o PMI -que é bastante seguido por economistas do mundo todo - o índice que mede a atividade do setor industrial no país mudou pouco entre agosto e setembro, passando de 45,7 para 46 e continuando em terreno negativo (números abaixo de 50 indicam contração).

Outros emergentes grandes, como Índia, México e Rússia, registraram expansão, e a China ficou, relativamente, estável. A principal causa da fraqueza da indústria brasileira, entre os fatores capturados pela IHS Markit em entrevistas com representantes do setor, foi a debilidade de novas encomendas, que havia ensaiado uma recuperação em meados do ano.

A pesquisa feita pela FGV que mede a confiança do setor industrial também apontou para um recuo da demanda verificada pela indústria em setembro para o nível mais fraco desde maio. Segundo Aloísio Campello, superintendente de estatísticas públicas da FGV, a retomada da indústria brasileira no primeiro semestre se deveu, principalmente, à desvalorização do real ocorrida em 2015.

Isso impulsionou as exportações do país. Com a apreciação do câmbio, na esteira da transição política, parte desse impulso foi anulado. "Os indicadores mais recentes mostram que a indústria perdeu o impulso do crescimento e vai depender agora da recuperação da demanda interna que, no entanto, continua muito fraca", diz Campello.

Em agosto, a queda da produção industrial, medida pelo IBGE, foi generalizada, ocorrendo em 21 de 24 segmentos pesquisados pelo IBGE.

Os segmentos de alimentação e automóveis foram os que mais contribuíram para a contração final da indústria. Embora o setor de bens de capital tenha continuado uma trajetória de retomada em agosto, o resultado da área de construção civil foi bastante negativo.

A combinação entre esses dois segmentos representa o desempenho dos investimentos no país.

Sindicatos se mobilizam contra projeto de Richa que suspende reajustes

05/10/2016 – Fonte: Tribuna PR



Ao menos três entidades já manifestaram indignação com a proposta do governo do Paraná de suspender os reajustes do funcionalismo público.

Ainda na segunda-feira (3), a Associação de Praças do Estado do Paraná (Apra), Sindsaúde-PR e APP-Sindicato publicaram em seus respectivos sites na internet documentos de repúdio e afirmaram que planejam entrar com ações na Justiça e convocar assembleias para discutir o tema.

O Fórum das Entidades Sindicais do Paraná – que reúne 22 categorias – organizará um protesto nesta terça-feira (4) na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

O projeto do governador Beto Richa (PSDB), encaminhado à Alep logo após as eleições municipais, suspende o reajuste salarial de todo o funcionalismo público estadual por tempo indeterminado. A proposta prevê que a data-base dos servidores só será quitada depois de implantadas e pagas todas as promoções e progressões devidas ao funcionalismo.

Segundo a Apra, as dívidas do estado com os servidores somam R\$ 700 milhões em atraso.

O projeto de lei ainda retira do texto da previsão de divisão do bolo orçamentário com os demais poderes o trecho “contemplando recursos de todas as fontes”.

Segundo o Palácio Iguazu, a medida é necessária para adequar o orçamento de 2017 à emenda que estabelece a desvinculação de 30% das receitas do estado – exceto na saúde e educação – para livre utilização por parte do Executivo.

Reação

Para a Apra, o estado “não pode se eximir de suas responsabilidades”. “Os militares estão cansados de aguardar a implantação das promoções e progressões atrasadas, sendo impulsionados a buscar seus direitos no judiciário”, diz o texto da associação.

A definição do reajuste em janeiro de 2017 aconteceu depois do “pacotão” de 2015.

“O governo fechou acordo para reajustar os salários dos servidores em janeiro de 2017, sendo aplicadas as reposições e os índices de inflação de janeiro a dezembro de 2016, acrescentando ainda mais um percentual de 1% de adicional de data-base relativo à compensação dos meses não pagos do ano de 2015”, completa o desabafo. Já para a APP-Sindicato, o objetivo do governo é “oficializar o calote em todos(as) os(as) servidores(as) do estado”.

“Para sustentar todas as más intenções, o governo – em uma das emendas – define que a reposição salarial do funcionalismo não será paga ‘enquanto não forem

implantadas e pagas todas as promoções e progressões devidas aos servidores civis e militares'. Bom, não é? Mas, ele condiciona o aumento à 'comprovada disponibilidade orçamentária e financeira'. Assim, a nova maldade de Richa prevê apenas para janeiro de 2017 a implantação das progressões e promoções protocoladas até dezembro de 2016. E o pagamento dos atrasados, no entanto, só poderá ser efetuado em parcelas durante o ano. E mais: é o próprio governo que avalia se tem, ou não, condições de pagar..."

A direção da APP-Sindicato planeja convocar uma assembleia da categoria nos próximos dias. A entidade também está avaliando o cenário com associações parceiras.

O Sindicato dos Trabalhadores da Saúde Pública do Estado do Paraná (Sindsaúde-PR) também publicou uma nota de repúdio em seu site. "Calote. Sim, não tem outro nome", diz o texto.

Câmara amplia limite para empresa permanecer no Supersimples

05/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira (4) a ampliação do chamado Supersimples, programa de tributação reduzida para micro e pequenas empresas.

A medida segue para a sanção do presidente Michel Temer. O texto teve 380 votos a favor e nenhum contra.

Pelas mudanças, a partir de 2018 o limite de faturamento para que uma empresa permaneça no Supersimples sobe de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões. Em relação aos microempreendedores individuais, o limite será elevado de R\$ 60 mil para R\$ 81 mil ao ano.

Segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas), as atuais regras do Supersimples, que unifica oito impostos em um único boleto, reduzem em cerca de 40%, em média, a carga tributária das participantes.

O projeto também abre a possibilidade para as pequenas e micro empresas optarem por um refinanciamento de seus débitos tributários em até 120 meses, não 60, como ocorre hoje. A medida já vale a partir da regulamentação da medida, prevista para as próximas semanas.

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, que acompanhou a votação, defendeu esse ponto do projeto afirmando que quase 700 mil micro e pequenas empresas em débito com o Supersimples foram notificadas pela Receita na última semana, com risco de serem excluídas do programa. Esse número representaria cerca de 15% das empresas participantes do Simples.

"Se já está assim dentro do Simples, imagina dentro do 'complicado'? Elas vão morrer. E falar em morte de empresas nesse momento é uma loucura", disse Afif.

Além da possibilidade de adesão de empresas e microempresários com faturamento maior, setores como microcervejarias, vinícolas, produtores de licores, destilarias e serviços médicos, entre outros, também poderão entrar no Simples a partir de 2018.

A proposta também regulamenta a atividade do chamado "investidor-anjo", que são pessoas que financiam diretamente empreendimentos ainda em seu estágio inicial.

Outra das mudanças aprovadas é a que cria a "Empresa Simples de Crédito", para oferecer empréstimos no município com juros mais baixos do que os praticados no mercado.

Durante a votação no Senado, foram divulgadas projeções de redução de arrecadação de quase R\$ 2 bilhões, mas o Sebrae afirma que a renúncia de receita será de R\$ 800 milhões.

Defensores da proposta argumentam ainda que as perdas serão compensadas em parte com a diminuição de empresas que hoje atuam na informalidade.

Supersimples vai permitir renegociação de dívidas de empresas a partir de janeiro

05/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

As novas regras do Supersimples, aprovadas nesta terça-feira, 4, pela Câmara dos Deputados, permitirão que pequenas e microempresas que acumulam dívidas tributárias ou financeiras possam renegociá-las com prazo de até 10 anos. Dessa forma, não serão retiradas do regime especial de tributação.

Segundo o presidente nacional do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, a Receita Federal chegou a apontar a necessidade de excluir 700 mil empresas do Supersimples, por conta de dívidas com o Fisco.

Pelo novo texto, o refinanciamento mantém as empresas no regime. Essa regra passa a valer a partir de janeiro de 2017, diferentemente daquela que ampliou os limites de enquadramento no regime e que passa a valer só a partir de janeiro de 2018.

“É uma pena que nem todas as medidas tenham início imediato”, disse Afif, que comemorou a aprovação do projeto pela Câmara.

O texto definitivo segue agora para sanção presidencial. Segundo Afif, houve resistência da Receita para que o enquadramento de mais empresas no Supersimples ficasse para 2018, devido ao impacto na arrecadação no próximo ano.

Afif disse que o Sebrae vai fazer um mutirão nacional para orientar as milhares de empresas que estão endividadadas e que têm interesse em renegociar o débito. “O Sebrae vai mostrar o caminho. Esse refinanciamento vai beneficiar muita gente”, disse.

Outra mudança que terá efeito em janeiro permite que “startups” recebam recursos dos chamados “investidores anjos”, empresas que capitalizam pequenos negócios, principalmente em áreas ligadas à inovação tecnológica.

Os deputados chegaram a abrir votação para os destaques do projeto do Supersimples e para apreciar trechos da proposta em que houve discordância em relação ao substitutivo enviado pelo Senado. Porém, parte das propostas foi considerada prejudicada, e as demais foram retiradas pelas bancadas.

05/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Dados sobre as finanças do estado no segundo quadrimestre serão apresentados na Assembleia Legislativa nesta quarta-feira (5)



Apesar de já ter realizado uma sucessão de ajustes fiscais desde 2014, o governo do Paraná segue em crise financeira.

É o que aponta a prestação de contas relativa ao segundo quadrimestre deste ano, que será apresentada à Assembleia Legislativa nesta quarta-feira (5) pelo secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa.

Os números mostram que, depois de um 2015 de contenção de despesas e crescimento de receitas graças ao aumento de impostos, o Executivo comandado por Beto Richa (PSDB) inverteu a lógica e voltou a gastar num ritmo maior do que arrecada.

Integrantes do governo atribuem o cenário ao momento vivido pelo país e justificam na queda de arrecadação a necessidade de suspensão da reposição da inflação para os servidores previsto para janeiro de 2017.

De janeiro a agosto de 2014 para o mesmo período de 2015, as despesas correntes do Executivo paranaense caíram 9,37% – já descontada a inflação. De acordo com a prestação de contas a ser apresentada aos deputados, a mesma comparação entre 2015 e 2016 indica um aumento de 10,08%.

Por outro lado, a entrada de receitas correntes fez o caminho inverso: viu o ritmo de crescimento cair de 5,98% para 1,73%.

Principal fonte de arrecadação do estado, por exemplo, as receitas tributárias tiveram um crescimento de 8,72% na comparação 2014-2015, devido, principalmente, às novas alíquotas de ICMS e IPVA que passaram a vigorar no ano passado. De 2015 para 2016, porém, houve uma redução para 0,96%.

Funcionalismo

Os números balizam os argumentos do governo para pedir ao Legislativo a suspensão da database de todo o funcionalismo público estadual por tempo indeterminado.

A proposta de Richa prevê que o pagamento – que custaria R\$ 2,1 bilhões – será feito somente depois da implantação e quitação de todas as promoções e progressões devidas aos servidores – ao custo de R\$ 1,4 bilhão –, e desde que seja “comprovada a disponibilidade financeira” em caixa.

Segundo o Executivo, a previsão escalonada de reajuste para o funcionalismo, que permitiu o fim da greve de várias categorias no primeiro semestre do ano passado, foi

feita em cima de uma projeção de crescimento do PIB anunciada pelo governo federal, o que acabou não se concretizando.

“Hoje não existe disponibilidade orçamentária e financeira para pagar R\$ 3,5 bilhões, a não ser que se aumente ICMS, IPVA, para que a população pague mais e esses recursos sejam transferidos aos servidores. Mas não é essa a decisão do governo”, afirma Mauro Ricardo. “Ao longo de seis anos, os servidores tiveram aumento real de mais de 30%. O momento é de compreensão, de olhar o que está acontecendo no Brasil inteiro, inclusive na iniciativa privada. Diversos estados sequer têm recursos para pagar em dia as obrigações com os servidores. Todos têm de dar uma parcela de sacrifício pelo bem do país.”

De acordo com o secretário da Fazenda, o pagamento da data-base será feito quando “houver possibilidade de cumprimento”. Ele não descarta que isso ocorra somente em 2018.

Gastos com pessoal

Além da queda na arrecadação, o governo do estado se vê pressionado pelos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para segurar o reajuste aos servidores. Do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano, o comprometimento da receita corrente líquida do Executivo com a folha de pagamento saltou de 44,28% para 48,45%.

O limite máximo permitido pela legislação é de 49%. O aumento, de acordo com o governo, se deve a uma determinação do Tribunal de Contas do Estado (TC-PR) para incluir na base de cálculos dos gastos com pessoal despesas previdenciárias que estavam de fora do cômputo.

Oposição na Justiça

Enquanto os servidores já cogitam uma greve geral no estado diante da possibilidade de suspensão da data-base da categoria, a bancada de oposição na Assembleia Legislativa estuda recorrer à Justiça para barrar o “calote” ao funcionalismo.

“Trata-se de um estelionato eleitoral. Esperaram acabar o primeiro turno [da eleição] para anunciar essa medida. A greve do ano passado foi encerrada com um acordo para o governo pagar depois o que estava devendo lá atrás.

Agora, o governador Beto Richa volta atrás de mais um compromisso assumido, o que infelizmente já se tornou comum”, criticou Requião Filho (PMDB), líder do bloco opositor na Casa.

Cofres Vazios

Após um 2015 de contenção de despesas e aumento de receitas pós pacote, o governo do estado inverteu a lógica e voltou a gastar mais do que arrecada. Veja os números:

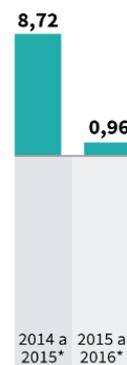
Despesas correntes



Receitas correntes



Receitas tributárias**



Perto da extinção, fator previdenciário poupou R\$ 75 bilhões ao INSS

05/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Uma reforma “fraca” da Previdência terá impacto quase igual ao que o fator teria nas próximas décadas, segundo estudo do Ipea



Candidato à extinção em caso de reforma da Previdência, o fator previdenciário gerou uma economia de R\$ 75 bilhões aos cofres do INSS entre 2000 e 2014, segundo estudo de seis pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento. Esse é o valor que deixou de ser pago aos brasileiros que se aposentaram relativamente cedo, por tempo de contribuição.

Os autores afirmam que, embora não tenha levado os trabalhadores a adiar significativamente a aposentadoria, o fator atenuou o aumento das despesas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que é mantido pelo INSS.

Eles também constataram que, se continuasse em vigor nas próximas décadas, o mecanismo seria quase tão eficiente para limitar os gastos previdenciários quanto a implantação de uma idade mínima “benevolente” para a aposentadoria.

Em outras palavras, uma reforma “fraca” da Previdência não terá impacto relevante sobre a situação do INSS e obrigará um futuro governo a adotar medidas mais drásticas para garantir a sobrevivência do sistema previdenciário.

Um dos pesquisadores que assina o trabalho é Marcelo Abi-Ramia Caetano, hoje secretário da Previdência Social e um dos responsáveis pela proposta de reforma que será enviada ao Congresso.

Simulações

Conforme as simulações dos pesquisadores do Ipea, se o fator não tivesse sido desidratado pela regra 85/95 progressiva, implantada no ano passado, as despesas

do RGPS subiriam do equivalente a 7,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 para 15,3% do PIB em 2060.

Embora bastante elevado, esse patamar é apenas ligeiramente mais alto que o alcançado com uma possibilidade de reforma simulada no estudo: a entrada em vigor, daqui a cinco anos, de uma idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, que seria elevada aos poucos até chegar, em 2041, a 60 e 65 anos, respectivamente. Nesse cenário, o gasto do RGPS chegaria a 14,6% do PIB em 2060.

“Medidas adicionais – como a redução da diferença de exigências entre homens e mulheres e a desvinculação entre o salário mínimo e o piso previdenciário – terão de ser consideradas, caso uma despesa de cerca de 15% do PIB apenas com o RGPS seja considerada excessiva no longo prazo”, observam os autores do estudo.

Temer

As regras estudadas pela equipe do presidente Michel Temer são mais severas que as usadas na simulação dos pesquisadores do Ipea. Embora a reforma ainda não tenha sido enviada ao Congresso, o governo já sinalizou que pretende implantar um modelo de transição para que, em 15 anos, todos os brasileiros – homens e mulheres, trabalhadores urbanos e rurais, do setor público e privado – se aposentem aos 65 anos.

A proposta também deve ter um “gatilho”, para ampliar a idade mínima à medida que crescer a expectativa de vida dos brasileiros. É provável, no entanto, que durante sua tramitação a reforma seja suavizada pelos parlamentares.

Regra 85/95 facilitou benefício integral

A regra 85/95 progressiva, em vigor desde 2015, abriu exceções à aplicação do fator previdenciário. Com ela, passaram a ter direito à aposentadoria integral – sem o “desconto” do fator – as mulheres que, na soma de idade e tempo de contribuição, atingem 85 anos. Para os homens, a soma tem de chegar a 95. Esses números serão elevados gradualmente até chegar a 90 e 100, respectivamente, em 2026.

Na prática, a fórmula amplia o valor do benefício e, portanto, os gastos do INSS. Caso o fator fosse aplicado hoje a uma mulher de 55 anos que contribuiu por 30, seu benefício teria um desconto de 41%.

O valor da aposentadoria de um homem de 60 anos de idade e 35 de contribuição teria desconto de quase 16%. Nas duas situações, no entanto, os trabalhadores passaram a ter acesso à aposentadoria integral sob a fórmula 85/95.

Segundo pesquisadores do Ipea, no cenário atual, em que coexistem o fator previdenciário e a regra 85/95 progressiva, as despesas do RGPS devem chegar a 15,7% do PIB em 2060. Sem a fórmula criada no ano passado, os gastos cresceriam menos, para 15,3% do PIB.

Mecanismo adiou aposentadorias, mas não o suficiente

Quando o fator previdenciário foi criado, havia a expectativa de que os brasileiros adiariam a aposentadoria para, assim, conseguir benefícios mais altos. Foi o que aconteceu – mas não o suficiente para compensar o aumento da longevidade da população.

A idade média com que as mulheres se aposentam por tempo de contribuição passou de 50,2 anos em 1999 para 52,3 anos em 2014. No caso dos homens, o número subiu de 52,4 para 55,5 anos.

Na média geral, a idade média de aposentadoria por tempo de contribuição passou de 51,8 para 54,5 anos – um aumento de 2,7 anos, portanto.

A questão é que, nesse mesmo intervalo de 15 anos, a expectativa de sobrevivência dos brasileiros que chegam aos 60 anos aumentou de 17,7 anos para 21,8 anos – 4,1 anos a mais, portanto.

Como as pessoas estão desfrutando a aposentadoria por mais tempo, o impacto sobre as contas do INSS acabou crescendo, mesmo com a aplicação do fator.

Planalto adia reunião com centrais sindicais sobre reforma da Previdência

05/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

O Palácio do Planalto resolveu adiar a reunião com centrais sindicais para apresentar as linhas gerais da reforma da Previdência, inicialmente prevista para esta terça-feira (4). A ideia era reunir representantes de todas as centrais, mas nem todos os líderes foram chamados a Brasília.

Com a presença apenas do presidente da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o governo decidiu tratar do tema na próxima semana. A reunião foi agendada para a próxima terça (11).

Depois, o governo quer apresentar os planos da reforma a empresários e líderes da base aliada no Congresso Nacional. A proposta, que muda a Constituição, só será enviada ao Legislativo antes do segundo turno das eleições, se essa agenda for cumprida até lá.

Após encontro com o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil), o presidente da Força Sindical afirmou que a reforma da Previdência não foi discutida, mas criticou a possibilidade de as regras de aposentadoria serem alteradas para quem já está no mercado de trabalho.

O tom adotado por Paulinho, um dos principais aliados de Temer, sinaliza a dificuldade que o governo terá de convencer as centrais sindicais sobre a necessidade de mudar as regras de aposentadoria.

"Eu defendo idade mínima para aqueles que ainda não estão no mercado de trabalho, ou seja, quem nasceu a partir de 2001. Agora, para quem está no mercado de trabalho, você foi contratado de um jeito, e agora vem dizer que vai se aposentar aos 65 anos? Não tem nenhuma possibilidade da minha central aceitar isso e com certeza as outras não vão aceitar. Então o governo terá de ter muita paciência para negociar para não tocar fogo no Brasil", afirmou.

O próprio ministro Eliseu Padilha já confirmou que o governo irá propor idade mínima de 65 anos para aposentadoria como regra para homens e mulheres. Além disso, da forma como está desenhada, a proposta coloca o prazo de 25 anos de contribuição como mínimo para aposentadoria.

O rombo na Previdência deve atingir neste ano R\$ 149 bilhões com o pagamento de 33,6 milhões de benefícios do setor privado e outros R\$ 90 bilhões com o regime dos servidores públicos, que tem 2,4 milhões de aposentados.

"Eu tenho defendido, e falado isso ao presidente, que não pode ser uma coisa que ele mostra para nós um dia e no outro dia manda para o plenário da Câmara. É uma reforma tão profunda e grave, que pode beneficiar ou atrapalhar a vida de muita

gente, que terá dificuldade. Eu quero e estou à disposição para negociar. Se o governo quiser atropelar, teremos dificuldade", reforçou.

MUDANÇAS

O governo também quer mudar a fórmula de cálculo das aposentadorias. Na proposta considerada até aqui, quem se aposentar com os requisitos mínimos (65 anos de idade e 25 de contribuição) receberia 75% da média salarial, acrescida de 1 ponto porcentual a cada ano extra de contribuição. Assim, para ter direito ao benefício integral, o trabalhador teria que somar 50 anos de contribuição.

O acúmulo de pensão por morte com aposentadoria passará a ser proibido. O aposentado terá direito apenas ao benefício de maior valor.

Está decidido que a aposentadoria continuará vinculada ao salário mínimo, para evitar que o assunto seja levado ao STF (Supremo Tribunal Federal), mas a equipe responsável pela reforma ainda estuda se vai desvincular benefícios, como a pensão por morte e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e deficientes de baixa renda.

Custo básico da construção sobe 0,22% em setembro, diz SindusCon-SP

05/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O Custo Unitário Básico (CUB) da construção civil do Estado de São Paulo atingiu R\$ 1.295,08 por metro quadrado em setembro, o equivalente a uma alta de 0,22% na comparação com agosto, de acordo com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP).

No acumulado do ano, a elevação chegou a 5,53%, enquanto nos últimos 12 meses alcançou 5,71%.

O CUB é o índice oficial que reflete a variação dos custos mensais das construtoras para a utilização nos reajustes dos contratos de obras.

No mês de setembro, os custos da mão de obra (que representaram 61,28% do CUB) tiveram alta de 0,25% em relação a agosto.

Essa alta reflete o acordo coletivo dos trabalhadores, em que o reajuste dos salários foi dividido em maio e setembro. O Sinduscon-SP acredita que, possivelmente, o indicador ainda sinta esse efeito em outubro. No ano, a alta foi de 8,44%.

Já os custos com materiais de construção (que representam 35,56% do CUB) subiram 0,16% em setembro. No ano, a alta foi de apenas 0,81%.

Segundo o sindicato, o aumento dos insumos está muito abaixo da inflação devido à baixa atividade das construtoras e incorporadoras, o que dificulta a recomposição de preços pelos fornecedores.

Os custos administrativos (3,16% do indicador) avançaram 0,34% em setembro e 6,37% no ano.

Nas obras incluídas na desoneração da folha de pagamentos, houve alta de 0,21% no CUB na comparação com agosto, totalizando R\$ 1.200,46 por metro quadrado. Em 12 meses, o indicador chegou a 5,48%.

Pedidos de falência subiram 16,7% no acumulado até setembro, diz Boa Vista SCPC

05/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Os pedidos de falência registrados pela Boa Vista SCPC tiveram alta de 16,7% nos nove primeiros meses de 2016 em comparação com o mesmo período do ano passado.

As falências decretadas avançaram 11,9% na comparação com igual período de 2015, enquanto os pedidos de recuperação judicial e as recuperações judiciais deferidas tiveram alta de 70,2% e 68,1%, nessa ordem, no acumulado do ano.

Na comparação entre setembro deste ano e setembro de 2015, no entanto, o número de pedidos de falência caiu 6,3%. As falências decretadas, por sua vez, avançaram 22%.

Os pedidos de recuperação judicial tiveram crescimento de 69,1% e as recuperações judiciais deferidas, de 53,2%. O setor de serviços, com 39%, foi o que mais registrou pedidos de falência, seguido da indústria (36%) e comércio (25%).

As empresas de pequeno porte (sob os critérios do BNDES) representaram a maior parcela dos pedidos de falência, com 86%. Logo após vieram as médias, com 10%, e as grandes, com 4%. Entre as falências decretadas, as pequenas empresas representaram 92%, seguidas das médias, com 7%, e das grandes, com 1%.

“Mesmo com relativa melhora das expectativas macroeconômicas, os indicadores de solvência continuam maiores do que os registrados no ano anterior e, apesar da leve desaceleração apresentada nesta aferição, essa tendência não deve se reverter até o fim deste ano”, informa a Boa Vista SCPC, em nota.

Brasil deve sair da recessão neste trimestre, prevê presidente da Febraban

05/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, acredita que o Brasil vai sair da recessão neste trimestre e que deve crescer no próximo ano. Há, conforme ele, vários sinais que indicam esse movimento, incluindo a melhora de variáveis financeiras como o câmbio, a redução dos juros longos e ainda a queda do CDS brasileiro (contratos de proteção contra calote, ou “credit default swap”, em inglês).

“Essas variáveis financeiras antecedem o que vai acontecer na economia que deve apresentar grande melhoria. Além disso, os indicadores de confiança tanto por parte dos consumidores como dos empresários e de vários setores da economia melhoraram bastante em relação ao ano passado”, avaliou Portugal, em conversa com jornalistas, durante o 6º Congresso Internacional de Gestão de Risco, promovido pela Febraban, acrescentando que também há dados reais como a melhora da indústria.

Apesar da queda do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre, o investimento melhorou, confirmando que o Brasil está num processo de recuperação gradual e regular assim como a inflação segue numa trajetória de desaceleração, na visão do presidente da Febraban.

Ele ponderou, contudo, que algumas variáveis como, por exemplo, desemprego e crédito, demoram um pouco mais para mostrar inflexão, já que também passaram a refletir a recessão do País mais tardiamente.

Para 2017, a oferta de empréstimos no Brasil deve voltar a crescer, afirmou. Murilo Portugal explicou que o endividamento das famílias dificulta uma retomada mais rápida do crédito, mas que esse processo se dará de forma gradual.

Sobre a inadimplência, Portugal não fez projeções, mas disse que os calotes no Brasil se estabilizaram e que os bancos estão bem provisionados para fazerem frente aos riscos assumidos uma vez que possuem 79% a mais de provisões que o volume de crédito vencido.

Situação de estresse

Os planos de recuperação que serão apresentados pelo sistema bancário brasileiro no final deste ano vão contribuir para preservar o funcionamento do setor em situações de estresse, de acordo com o presidente da Febraban.

“Os Planos de Recuperação darão maior previsibilidade, transparência e segurança na adoção de estratégias para preservar o normal funcionamento do sistema financeiro nacional em situações de estresse”, destacou ele.

Portugal lembrou que os grandes bancos vão começar a apresentar gradualmente a partir do final desse ano seus planos de recuperação, conforme as diretrizes estabelecidas pelos Key Attributes do Financial Stability Board (FSB).

De acordo com ele, essa foi uma inovação que surgiu após a crise financeira internacional e que as instituições financeiras no Brasil estão se adaptando. O plano de recuperação será definido por cada banco que levará em conta, conforme o presidente da Febraban, seu tamanho, exposição, setor, modelo de captação, etc.

Também enfatizou que os níveis de liquidez dos bancos brasileiros superam “largamente” suas obrigações de curto prazo e estão “bem acima” dos encontrados nos maiores sistemas bancários mundiais, o que preserva o País de cenários de estresse de liquidez.

Segundo ele, o Índice de Liquidez de curto prazo do sistema bancário, o LCR de Basileia 3, que já vigora para os grandes bancos brasileiros desde outubro de 2015, estava em 193% em junho de 2016, bem acima do mínimo de 100% a ser requerido em 2019 e dos 125% dos maiores bancos globais, de acordo com os dados do BIS de dezembro de 2015.

Sobre a implementação das novas regras de Basileia 3 no Brasil, Portugal afirmou que o setor bancário brasileiro já avançou bastante, mas que ainda está na metade da implantação da regulação que começou em 2013 e se estenderá até 2019. Ele disse ainda que o segmento tem procurado adotar as novas regras de forma “programada para minimizar eventuais impactos sobre a economia brasileira”.

“O resultado deste processo é bastante positivo e a adoção das novas regras está confirmando para o mundo a boa situação dos bancos brasileiros, em comparação aos internacionais”, avaliou ele.

De acordo com o presidente da Febraban, o sistema bancário brasileiro está bem capitalizado, provisionado, além de sólido e bem regulado e tem enfrentado o maior rigor regulatório sem impactos abruptos para a economia e a sociedade.

Citou como exemplo, o Índice de Basileia (capital total) que estava em 16,5% ao final de junho enquanto o Índice de Capital Principal de Basileia 3, o de maior qualidade, atingiu 12,3%, ante 11,8% dos maiores bancos globais e frente a um mínimo

regulatório de 7% em 2019, sendo de 8% para as instituições financeiras domesticamente importantes no Brasil.

“O sistema se enquadra com folga no requisito mínimo de Alavancagem de Basileia 3, medido pelo nível de Capital de nível 1 sobre os Ativos Nominais. Os bancos brasileiros também perseguem estratégias conservadoras de avaliação de risco das suas carteiras de crédito, o que tem se mostrado particularmente relevante e preservado a rentabilidade do sistema nesse atual momento econômico desafiador”, avaliou Portugal.

Aéreas querem mais clareza sobre tributação de rendimento enviado ao exterior

05/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, afirma que a linguagem utilizada pela Receita Federal na instrução normativa (IN) que atualiza a tributação de rendimentos enviados a empresas no exterior “não é clara” e, por isso, a entidade solicitou novos esclarecimentos a respeito do tema.

“O atendimento não ficou claro. Ainda temos dúvidas sobre o quanto (a IN) é abrangente ou não, pedimos ontem (segunda-feira, 3) à Receita novos esclarecimentos”, disse Sanovicz, em conversa com o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. “Mas já agradecemos a Receita pela primeira manifestação, entendemos que a questão avançou.”

A demanda da Abear junto à Receita diz respeito à inclusão, no mês passado, da Irlanda na lista de paraísos fiscais. Segundo a entidade, o ato é prejudicial ao setor aéreo, uma vez que cerca de 250 aeronaves possuem contrato de leasing no país europeu. Desta maneira, a inclusão da Irlanda na lista de paraísos fiscais geraria um custo extra de R\$ 1 bilhão em impostos às companhias.

Para solucionar o impasse, Sanovicz reuniu-se em setembro com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, solicitando a edição de uma IN que enquadre as operações de leasing de aeronaves como isentas, independente da classificação da Irlanda como paraíso fiscal. Na semana passada, o presidente da Abear disse esperar por “um final feliz” e acreditar que o setor aéreo havia sido atingido “por um efeito colateral”.

Na segunda-feira, 3, a Receita Federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) uma instrução normativa sobre a tributação de rendimentos enviados a empresas no exterior.

Dentre as modificações, a nova IN determina que “os rendimentos, ganhos de capital e demais proventos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a pessoa jurídica domiciliada no exterior por fonte situada no País estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda exclusivamente na fonte à alíquota de 15%, quando não houver alíquota específica”.

O texto ainda diz que, ressalvadas algumas hipóteses, os rendimentos decorrentes de qualquer operação em que o beneficiário seja domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida estão sujeitos ao imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25%.

Pela IN, o imposto de renda na fonte terá alíquota zero quando incidir sobre rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil por empresas domiciliadas no exterior, nas hipóteses de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras ou motores de aeronaves estrangeiros, feitos por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, bem como os pagamentos de aluguel de contêineres, sobrestadia e outros relativos ao uso de serviços de instalações portuárias.

Brasil voltará a ter o oitavo maior PIB global em 2017, prevê FMI

05/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A previsão da retomada do crescimento da economia brasileira no ano que vem e a freada da alta do dólar nos últimos meses vão levar o Brasil a voltar a ser, em 2017, o oitavo maior PIB global, de acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Desde o ano passado, o país está na nona colocação (duas abaixo em relação a 2014), reflexo da recessão que teve início no fim de 2014.

Agora, o Fundo prevê que o Brasil vai passar a Itália no ano que vem e vai permanecer como a oitava maior global até pelo menos 2021, que é o alcance da atual estimativa do organismo.

Para o FMI, o PIB brasileiro será de US\$ 1,95 trilhão no ano que vem, ante US\$ 1,90 trilhão do italiano. Sexta colocada, a Índia terá um PIB de US\$ 2,46 trilhões. Em 2014, no seu melhor momento, a economia brasileira somava US\$ 2,42 trilhões.

Na previsão anterior, de abril, o FMI estimava que o Brasil permaneceria como a nona maior economia global até pelo menos 2021.

Essa mudança de cenário se deve à melhora da previsão para o PIB. Se antes o FMI previa que a economia brasileira ficaria estagnada em 2017, ela agora estima crescimento de 0,5% —previsão menos otimista que economistas do mercado brasileiro, que preveem alta de 1,30% no ano que vem.

A recessão neste ano também deve ser menos profunda do que se imaginava. O FMI estima contração de 3,3%, 0,5 ponto percentual menos do que previa na sua reunião de abril.

Além disso, pesou o fato de o dólar ter perdido força em relação ao real (os cálculos do FMI para o PIB global são feitos com base na moeda americana): em março, o dólar chegou a valer R\$ 3,80 e agora está na casa dos R\$ 3,25, devido ao esfriamento da tensão política com o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

RECOMENDAÇÕES

A retomada da confiança e do investimento, teto de gastos e ajuste fiscal foram as principais recomendações do FMI para o Brasil no relatório Panorama Econômico Global, lançado nesta terça (4).

"Há uma necessidade abrangente de impulsionar a confiança e aumentar o investimento por meio do fortalecimento das políticas. A adoção da lei de gastos e o estabelecimento de uma consolidação fiscal coerente de médio prazo enviaria um forte sinal de comprometimento político", diz.

"Outros imperativos para elevar o investimento incluem a simplificação do regime tributário, a redução de barreiras ao comércio e as carências em infraestrutura para reduzir o custo de fazer negócios."

'Brexit', protecionismo e eleição americana são riscos, diz FMI.

Artigo: Com alto índice de desemprego, Brasil joga fora o seu futuro

05/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A mais cruel notícia da última semana veio do mercado de trabalho. De acordo com o IBGE, foram consultadas 166 milhões de pessoas em idade de trabalhar. Delas, 64 milhões declararam-se fora do mercado: nem trabalham, nem procuraram emprego.

Isso nos deixa com uma força de trabalho da ordem de 102 milhões: 90 milhões declararam que estavam empregados e 12 milhões afirmaram que procuraram emprego no período mas não tiveram sucesso — ou seja, estavam desempregadas por definição.

Desses números emerge a assustadora taxa de desemprego de 11,8% ($12/102 \times 100$). Em termos físicos: de cada dez pessoas que podem e querem trabalhar, uma está desempregada. Mais preocupante ainda é a revelação de que, na faixa de 18 a 24 anos de idade, uma em cada quatro está desempregada!

Não há tragédia mais dolorosa imposta a uma sociedade do que a de dissipar a sua maior riqueza, os seus cidadãos, roubando-lhes a oportunidade de se realizarem no exercício de uma atividade decente que lhes dê identidade e os qualifique entre os seus pares. E quando ela se concentra sobre a sua juventude, o país joga fora o seu futuro!

Diante desses fatos, o presidente Temer, que, na qualidade de vice, nunca foi consultado nem cheirado em matéria de economia, mostrou a sua preocupação, mas pôs os pingos nos "is": "a culpa pelo alto desemprego não é minha". E tem razão.

O alto nível de desemprego é o resultado não intencional de uma política econômica voluntarista e insensata que, a pouco e pouco, desde 2012, foi desconstruindo a confiança da sociedade no governo. Este atingiu o paroxismo e consagrou o seu completo alheamento quando escondeu a verdadeira situação do país, à custa da propaganda enganosa, para reeleger-se.

Se reconhecesse seus erros e tivesse tomado a tempo as medidas adequadas, sua reeleição talvez não se realizasse. Em compensação, talvez não tivéssemos chegado a 12 milhões de desempregados! Não há explicação plausível para o desmonte institucional revelado no último documento do World Economic Forum, fora a insensibilidade do governo.

A juventude de 14 a 18 anos (faixa em que a taxa de desemprego é de 38%) e de 19 a 24 anos (faixa em que a taxa de desemprego é de 23%) está na rua protestando legitimamente. Merece o respeito e a atenção do novo governo, que lhe deve um

urgente programa de capacitação que coopte o setor privado e seja capaz de devolver-lhe a esperança perdida.

Esperemos que ela conserve o seu espírito crítico, mas que entenda a gravidade do momento, gestada na aventura que vivemos até recentemente e que não vai desaparecer amanhã.

(Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Otimizar produção e renegociar contrato ajudam empresas a crescer

05/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O cenário de instabilidade econômica pode preocupar pequenos e médios empreendedores, mas com planejamento financeiro, otimização de custos e seleção de financiamento é possível crescer no ambiente desfavorável.

A loja de comércio eletrônico de móveis e materiais de construção MadeiraMadeira, por exemplo, está finalizando uma rodada de investimentos. "Essa foi mais difícil do que as anteriores, mas olhando bem as oportunidades, não é impossível obter aportes", diz Daniel Scandian, presidente-executivo e fundador da empresa.

O site de comparação de preços de universidades Quero Bolsas também acaba de anunciar aporte da aceleradora Y Combinator. "Em momentos de crise somem oportunidades de investimento. O segredo é ter um produto que seja atrativo mesmo em um cenário como esse", afirma André Narciso, diretor financeiro do Quero Bolsa.

Segundo Renê Fernandes, professor da FGV-SP (Fundação Getulio Vargas), o momento é de procurar o capital paciente e não o de curto prazo. "A melhor opção costuma ser agências de fomento, que acreditam que o cenário do país pode mudar daqui a dez anos face a um investimento feito hoje."

MAIS COM MENOS

Uma das estratégias para manter o crescimento no cenário de crise é a otimização de processos internos. Foi o que fez o Grupo Casa 92, que tem uma casa noturna e um bar em Pinheiros (zona oeste de São Paulo).

"Profissionalizamos o processo de compras e contratamos mais gente. Antes, tínhamos muitas compras de última hora que saíam muito mais caras", explica o sócio-fundador Fernando Sommer.

O grupo pretende investir R\$ 1 milhão em um novo bar que deve abrir em 2017. "É possível investir em um momento de crise, mas é preciso acreditar nos profissionais e fazer melhorias. Há cortes que são burros e não proporcionam nenhuma evolução para o negócio", diz Sommer.

Segundo Gustavo Marques, gerente do Sebrae-SP, o momento de crise serve para avaliar o negócio. "É preciso investir no que torna o seu produto melhor. Não adianta fazer um investimento alto em um software financeiro de primeira linha que não agrega nada", afirma ele.

Para Fernandes, da FGV-SP, é importante não cortar gastos importantes para clientes e funcionários.

"O corte de gastos não pode ser o principal foco. Cortar o café ou outras rotinas do funcionário pode impactar na produtividade da empresa. Já cortar atributos do produto ou diminuir a qualidade da matéria prima pode ser um tiro de pé", afirma.

Esse é o momento de renegociar contratos e melhorar o mecanismo de cobrança sem ter vergonha, completa Marques, do Sebrae.

Segundo ele, a situação também é oportuna para fazer novas contratações. "Tem muita gente boa no mercado procurando emprego, então é hora de fortalecer a equipe para aproveitar o momento bom pós-crise."

Enquadramento tributário de empresa depende do faturamento

05/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Para quem planeja se tornar um empreendedor, um dos primeiros desafios é entender a sopa de letrinhas relacionada aos tipos de negócio.

Um pequeno negócio, por exemplo, pode ter registro de MEI (Microempreendedor Individual), ME (Microempresa) ou EPP (Empresa de Pequeno Porte).

A escolha depende do faturamento da companhia.

Para se enquadrar como MEI, o teto da receita anual bruta é de R\$ 60 mil e é vedada a participação em outro negócio. Nesse caso, é possível contratar até um funcionário que ganhe o salário mínimo ou o piso da categoria.

O cadastro é gratuito e pode ser feito no Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).

A burocracia envolvida na manutenção do negócio é proporcional ao seu tamanho, diz Jardel José Busarello, gerente do escritório do Sebrae em Piracicaba (interior de São Paulo). "Só é exigida uma obrigação anual: a declaração de faturamento."

"É uma possibilidade muito interessante para o dono de um pequeno bar, por exemplo. Como ele compra produtos de um fornecedor melhor, que não seja um supermercado? Só pode fazer isso se estiver formalizado", afirma William Eid, coordenador do Centro de Estudos em Finanças da FGV-SP.

Já para as microempresas, o limite é de rendimento é de R\$ 360 mil. Acima desse valor, ficam as EPPs, cujo teto é de R\$ 3,6 milhões.

Nos dois enquadramentos, o registro deve ser feito nas Juntas Comerciais, e em órgãos como as secretarias de Fazenda estaduais, no caso de indústria ou comércio, e prefeituras, se a empresa for da área de serviços.

Quando se tratar de sociedades é preciso procurar um cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e as entidades de classe.

O empresário que optar por esses modelos pode aderir ao Simples Nacional, regime tributário diferenciado.

"É chamado de simples, mas os cálculos relacionados ao pagamento não são necessariamente fáceis, no caso das MEs e EPPs", diz Denise Fabretti, professora do departamento de Ciências Contábeis da PUC-SP.

"É preciso procurar a orientação de um contador, também para ter um panorama de receitas e despesas."

Se a empresa ultrapassar o limite estabelecido, ela deve mudar seu enquadramento. O MEI passa a ser, dependendo do valor atingido, ME ou EPP.

Nesse caso, é obrigatório pedir o desenquadramento no site da Receita Federal. Já as MEs que excederem o teto passarão, no ano seguinte, a figurar como EPP.

Antes de abrir empresa, é preciso planejar o produto

05/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O prazo médio para abertura de empresas no Brasil é de 83 dias, o que coloca o país na 116ª posição do ranking global do Banco Mundial sobre a facilidade de se começar um negócio, atrás de nações como Cazaquistão, Botsuana e Peru.

Encarar a longa lista de burocracia, contudo, é apenas um dos muitos passos necessários antes de se tornar um empreendedor.

O primeiro deles, alertam especialistas, deve ser planejar bem o produto ou serviço que será oferecido e estudar o mercado.

"Conhecer os clientes e a concorrência é essencial para estabelecer que diferenciais ele pode oferecer para conquistar o consumidor e superar os rivais", diz Simara Greco, gerente do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade.

É preciso também avaliar os recursos necessários para iniciar o empreendimento, sejam materiais, financeiros ou mesmo conhecimentos e habilidades. "Quem empreende por impulso com muita frequência não tem vocação para isso. Se o futuro empresário não tem os recursos, deve definir como obtê-los", diz Greco.

O planejamento precisa incluir ainda itens como a melhor localização do empreendimento (se for uma loja física), estratégias de marketing, fornecedores e que tipo de gestão financeira seu negócio precisa.

Para fazer este planejamento, uma das ferramentas sugeridas por especialistas é o Business Model Canvas, que permite desenvolver e esboçar modelos de negócio novos ou existentes.

Nela o empreendedor pode analisar itens como proposta de valor, segmento de clientes, fontes de receita, estrutura de custos, entre outros. O Sebrae tem um simulador gratuito (<https://www.sebraecanvas.com/#/>).

GESTAÇÃO

Para Adriano Cabral Theophilo, 32, o processo total de abrir uma companhia levou oito meses, contando todo o período de planejamento. Ele criou recentemente a Ma Che Vino, uma loja eletrônica de vinhos com cerca de 65 rótulos e quatro funcionários.

Antes de abrir, buscou ajuda do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e de consultorias especializadas.

"Montamos um plano de negócios, estudamos o mercado e entendemos a real viabilidade do projeto. Meu público maior são mulheres acima de 35 anos, classe média AB, que gostem de gastronomia, de viajar e que são independentes", detalha.

Foram levados em conta também os aspectos burocráticos. As idas na Junta Comercial, o cadastro na Previdência Social e a solicitação da autorização para impressão das notas fiscais são alguns dos passos que ele cita.

"Todo o processo de abertura é gratuito, mas preferi contratar um contador para me auxiliar e poder me concentrar no negócio. A burocracia demorou 30 dias e paguei cerca de R\$ 1.000 a ele", afirma Theophilo.

ORGANIZAÇÃO

Para não atuar na informalidade e ao mesmo tempo não descuidar de toda a gestão estratégica, o empreendedor deve ter atenção, afirma o consultor do Sebrae-SP Luciano Solimar Impastaro. Segundo ele, é importante tocar com igual cuidado o plano de negócios e a burocracia.

Uma das primeiras coisas a serem feitas é se informar nas prefeituras sobre os requisitos necessários para obter um alvará de funcionamento, que pode variar de acordo com cada setor e município (veja mais no gráfico ao lado).

Apenas as empresas enquadradas como MEI (Micro Empreendedor Individual) têm uma burocracia bem menor -quase todos os passos são feitos on-line.

Nos outros casos, é comum o interessado procurar a ajuda de um contador.

"Para escolher um bom profissional, avalie se ele já tem outros clientes do mesmo ramo e se possui registro em instituições como o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis ou Conselho Regional de Contabilidade", recomenda Impastaro.

Também é importante cobrar a prestação de contas do trabalho do contador.

"O empreendedor deve receber com frequência informações sobre as atividades da sua empresa, como os balancetes, para que possa acompanhar seu desempenho", afirma o consultor.

*

CAMINHO PARA ABRIR

Veja o que uma empresa precisa fazer para iniciar suas atividades

1. Nome

O empreendedor deve consultar no site da Junta Comercial se já não há empresa com o mesmo nome pretendido

2. Registro

Aqui é feito o 'nascimento' da empresa na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica. Depois disso, ela existe oficialmente, mas ainda não pode começar as atividades. Preços e prazos variam por estado.

Documentos necessários: contrato social ou requerimento de empresário individual ou estatuto (três vias), cópia autenticada do RG e CPF ficha de cadastro nacional, modelo 1 e 2, em uma via

3. CNPJ

Quando o registro é finalizado a pessoa recebe o NIRE (Número de Identificação do Registro de Empresa). Com ele em mãos, deve-se fazer o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) no site da Receita Federal

4. Licenciamentos

Dependendo do tipo de atividade são necessários licenciamentos específicos como Corpo de Bombeiros, Meio Ambiente e Vigilância Sanitária. É preciso procurar as autoridades para saber como proceder em cada caso

5. Alvarás

O passo seguinte é obter o alvará de funcionamento. Os requisitos variam em cada município e setor

Documentos necessários: Formulário da prefeitura, Consulta prévia de endereço aprovada, Cópia do CNPJ (passo 3); Cópia do Contrato Social (passo 2), Laudo dos órgãos de vistoria, quando necessário (passo 4)

6. Registro municipal

Para as empresas que trabalham com prestação de serviços é necessário o registro na Prefeitura. Na maioria dos Estados ele é feito automaticamente após o registro na Junta Comercial, mas é necessário fazer uma consulta específica no município em que a empresa será aberta, pois os procedimentos podem variar

7. Inscrição Estadual

Empresas que trabalham com a produção de bens e/ou com venda de mercadorias precisam do registro na Secretaria Estadual da Fazenda. A solicitação é feita via internet por um contador

Documentos necessários:

DUC (Documento Único de Cadastro), em três vias, DCC (Documento Complementar de Cadastro), em 1 via, comprovante de endereços dos sócios, cópia autenticada ou original, cópia autenticada do documento que prove direito de uso do imóvel, como o contrato de locação, número do cadastro fiscal do contador, comprovante de contribuinte do ISS, para as prestadoras de serviços (passo 7), certidão simplificada da Junta, cópias do ato constitutivo, do CNPJ, do alvará de funcionamento e RG e CPF dos sócios

8. Cadastro na Previdência

O representante da empresa deverá dirigir-se à Agência da Previdência de sua jurisdição para solicitar o cadastro, mesmo se não tiver funcionários.

9. Notas Fiscais Eletrônicas

As microempresas prestadoras de serviço podem emitir a nota fiscal eletrônica no site da prefeitura da sua cidade e as que comercializam produtos podem imprimir a nota fiscal eletrônica no site da Secretaria Estadual da Fazenda

Ajuda Extra

Em alguns momentos, é obrigatório contratar um profissional para auxiliar. Para efetuar registros na Secretaria Estadual da Fazenda, é preciso de um contador. E um advogado deve dar um visto no contrato social (não é exigido para micro empresas ou de pequeno porte).

Financiamento deve levar em conta qual o estágio do negócio

05/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Depois da abertura, o próximo passo no ciclo de vida da empresa é garantir o financiamento. Quem tem urgência em receber pode recorrer aos bancos, mas há outras opções, como investidores e até bolsas para inovação.

Cada estratégia deve levar em conta em que fase está o negócio, segundo Thiago de Carvalho, professor de empreendedorismo do Insper.

"É uma mistura de urgência na captação, modelo de negócio e disposição para ceder uma parte do controle ao investidor", afirma. No início, ele aconselha o uso de recursos próprios ou de um investidor-anjo, que pode auxiliar na gestão (veja cada tipo de investimento ao lado).

O "anjo" foi a escolha da Agendor, que cria sistemas de gestão de relacionamento com o cliente para empresas. Ela recebeu R\$ 1,2 milhão no final de 2014.

"Como os investidores já têm experiência no setor em que atuamos, podemos trocar informações. O mais difícil é conciliar todas as ideias para tomar decisões", diz Gustavo Paulillo, 28, sócio da Agendor. O investimento inicial da empresa, do próprio bolso, foi de R\$ 50 mil.

O investidor ajuda, mas tem hora para sair do negócio, segundo o consultor do Sebrae-SP José Carlos Aronchi. "Ele vai estabelecer em quanto tempo receberá o valor investido, e entra já pensando nessa saída", afirma.

SEM AJUDA

A empresária Fabiany Lima, 37, não queria mentoria para gerir a TimoKids, que produz materiais educativos online. Assim, cedeu 15% da empresa para um grupo de investidores individuais pela plataforma de financiamento coletivo Broota. "Queríamos captar rápido e não ter interferência, o que já se previa no contrato", afirma ela.

Em qualquer modalidade de captação, é preciso ter um plano de negócios formado, além de planejamento financeiro e projeções para os próximos anos, afirma Dariane Fraga, professora da FIA (Fundação Instituto de Administração). "Além de ter subsídios

pra convencer um investidor, é preciso se organizar para pagar os dividendos a ele no momento da saída."

Também há cada vez menos espaço para investimentos baseados apenas em uma ideia, afirma o diretor-executivo da ABStartups (Associação Brasileira de Startups) Rafael Ribeiro.

"Algumas empresas pedem centenas de milhares de reais sem ter posto o produto na rua."

Quem tem projetos de inovação pode pedir fundos governamentais de fomento, embora o processo possa ser demorado. "Sobra dinheiro nas agências do tipo e há oportunidades", diz Aronchi.

Outra opção é o financiamento dos bancos, mas os juros podem desmotivar. Para isso, há alternativas mais baratas. "O BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] tem fama de inacessível, mas alguns bancos, como Caixa e Bradesco, podem intermediar o contato", diz o consultor do Sebrae-SP, Wagner Paludetto.

*

ALTERNATIVAS DA PEQUENA EMPRESA

Há modalidades de financiamento e investimento dentro e fora dos bancos

MICROCRÉDITO

Bancos de varejo privados ou públicos emprestam valores pequenos, para complementar o investimento inicial ou para compra de materiais logo após a criação do negócio

QUEM DEVE USAR

Microempresas ou de pequeno porte, que dependem de baixíssimo investimento inicial

EMPRÉSTIMO CONVENCIONAL

Trata-se da modalidade mais comum de captação, principalmente se há urgência para receber os recursos. Não é preciso prestar contas sobre a gestão para o banco, mas é imprescindível ter um planejamento financeiro para não se enforçar com as taxas de juros, que são altas

QUEM DEVE USAR

Negócio já estruturados, capazes de fazer um planejamento para pagar a dívida

FUNDOS DE INOVAÇÃO

A Fapesp, o Finep e o Sistema S são os maiores fundos do tipo. É preciso submeter um projeto, mesmo que incipiente, de um produto ou serviço que traga inovação à cadeia produtiva. Há opções na qual o empreendedor não precisa arcar com a dívida caso a iniciativa não dê certo. O primeiro aporte pode chegar a R\$ 200 mil e subir a até R\$ 1 milhão em rodadas posteriores. Algumas instituições abrem editais para todos os setores e oferecem chamadas periódicas para protótipos.

QUEM DEVE USAR

Organizações de pequeno e médio porte que investem em soluções inovadoras, mesmo que em estágios iniciais

INVESTIMENTO ANJO

É o aporte efetuado por pessoas físicas com capital próprio, em geral empreendedores já consolidados, e que participam das decisões da companhia. O investidor injeta

capital em empresas que podem devolver um alto retorno sobre o valor inicial, por um período determinado de tempo estabelecido em contrato

QUEM DEVE USAR

Essa modalidade é indicada para quem tem uma empresa já estruturada, mas precisa de ajuda para viabilizar seu crescimento

INVESTIMENTO PRÓPRIO

Os empreendedores tiram dinheiro do próprio bolso e se pagam com o retorno do investimento inicial. Nesse caso, o próprio lucro do negócio é reinvestido no crescimento. Valores aportados por amigos e familiares para alavancar a empresa logo no início, com pagamento de juros baixos, sem garantias nem participação societária, também se encaixam nessa categoria

QUEM DEVE USAR

Indicado para as fases iniciais da empresa, quando o empresário não quer ceder parte do controle

FINANCIAMENTOS

Há opções no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) com taxas de juros mais baixas que as de mercado, mais tempo para saldar a dívida e abertura para renegociação em caso de inadimplência. Bancos públicos, como a Caixa, e alguns privados fazem a intermediação

QUEM DEVE USAR

Destinado a quem quer aumentar a capacidade produtiva sem ceder uma fatia da empresa

EQUITY CROWDFUNDING

Diferente do crowdfunding comum, no qual o investidor recebe brindes ao contribuir, nessa modalidade é oferecida uma participação da própria empresa em troca do investimento feito por um grupo de usuários com intermédio de sistemas como Broota, StartMeUp e EuSocio

QUEM DEVE USAR

Empresas mais avançadas, em fase de crescimento acelerado. O apelo é maior para organizações com impacto social

FUNDO DE INVESTIMENTOS

É o aporte de capital realizado por grupos financeiros para apoiar negócios em troca de uma participação acionária. Nesse caso, os investidores também participam das decisões e em geral oferecem consultoria para ela crescer mais rápido

QUEM DEVE USAR

Empresas já consolidadas e com faturamento significativo, já que o investimento é alto. Os fundos não apostam em ideias ou organizações em estágios iniciais

Fontes: Sebrae-SP, Associação Brasileira de Startups e Thiago de Carvalho, professor de empreendedorismo do Insper

Fechar direito a empresa é o primeiro passo para dar a volta por cima

05/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Nenhum empresário pensa que seu negócio pode dar errado e que terá que fechar as portas. Mas para quem passa por isso a melhor saída possível é se organizar e não deixar pendências. Só assim o empreendedor pode se reerguer mais rápido.

É o que fez Heverton Anunciação, 47. Ele fechou ano passado uma companhia de alocação de mão de obra e consultoria de informática, e pouco tempo depois criou outra no mesmo setor.

O caminho para fechar, porém, não foi fácil e levou cerca de quatro meses. "Tive que cuidar do distrato social e dar entrada para transferir as dívidas para a minha pessoa física", explica ele.

Para isso, teve a ajuda de um escritório de contabilidade, ao qual pagou R\$ 1.900. No caso dele, uma particularidade atrapalhou ainda mais. Sua irmã detinha 1% da empresa, mas morreu antes do fechamento e não havia se separado legalmente do marido.

"Foi necessário fazer um novo inventário para mudar o contrato social e só depois fechar de vez. O problema é que isso é caro e complicado, precisei de um advogado para ajudar", afirma.

O fim da empresa pelo menos o ajudou na hora de criar uma nova companhia. "Optei por um regime tributário melhor. A empresa que fechei era Ltda. e pagava 13% de imposto por nota fiscal. Agora consegui abrir uma ME [Micro Empresa] e pago 6%", diz.

'BOLA DE NEVE'

"Ninguém deseja, mas faz parte do aprendizado errar. Hoje é até comum o termo empreendedorismo em série", diz o presidente do Sescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis), Márcio Shimomoto.

Para isso, diz ele, é importante fechar corretamente a empresa, não deixando pontas soltas. "Se a pessoa não obedece às exigências legais ela fica impedida de abrir outra empresa. Já vi casos de empresas que levaram dez anos para serem encerradas corretamente. É uma bola de neve", afirma.

Entre os erros mais comuns estão a falta de planejamento, a liquidação incorreta dos estoques e a falta de cuidado adequado com a rescisão de funcionários.

"É necessário também comunicar sindicatos e conselhos de classe e conferir débitos municipais. Essas dívidas não impedem a empresa fechar, mas as cobranças vão continuar a crescer se não forem pagas", afirma.

Para Shimomoto, as dificuldades para fechar diminuíram muito a partir de 2014. Até então, a Receita proibia uma empresa de ser encerrada se ainda tivesse dívidas tributárias e fiscais. Depois disso, passou ser possível transferir a dívida da empresa para os sócios. Isso é feito de diferentes formas a depender da estrutura jurídica.

Se ela for um MEI (Microempreendedor Individual) ou um EI (Empresário Individual), a transferência para a pessoa física é feita de maneira automática. Já nos outros casos, como do Eireli (Empresário Individual de Responsabilidade Limitada) e da Ltda., as dívidas ficam restritas a empresa e é preciso pedir que os sócios assumam.

Segundo o consultor do Sebrae-SP, Heveraldo Galvão, em muitos casos os empresários não querem assumir as dívidas com o fechamento e acabam por abandonar a empresa sem formalizar o encerramento.

"Isso acaba gerando milhares de CNPJs que não são mais ativos, mas que também não são encerrados em razão das dívidas não pagas. Estas empresas abertas, mas

inativas, continuam gerando taxas, impostos e tributos, pois para os órgãos elas continuam abertas", comenta.

Nesse aspecto, ele sugere que também o empreendedor faça um planejamento financeiro para encerrar sua empresa. "É mais um motivo para sempre precisar de um contador para realizar o encerramento das atividades."

*

COMO FECHAR COM FACILIDADE

Para não ter dor de cabeça ao encerrar uma empresa, siga esses passos

1. Divisão de bens

Os membros da sociedade devem se reunir e assinar a ata de encerramento da empresa, chamada de distrato social. O documento informa por que a sociedade foi desfeita e aponta a divisão dos bens. Caso não haja sócio, a etapa não é necessária

2. Previdência

Mesmo empresa sem funcionários precisa checar se há débitos previdenciários. A Certidão Negativa de Débito pode ser retirada no site da Receita Federal

3. FGTS

O Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é exigido de empresas com ou sem trabalhadores registrados. Não existindo pendências, o certificado pode ser retirado no site da Caixa

4. Cancelamento municipal

Se o negócio paga impostos municipais, como o ISS, é preciso solicitar na Secretaria de Finanças o cancelamento da empresa

5. Dívidas estaduais

Se a empresa contribui com o ICMS, pode dar baixa na inscrição estadual procurando uma unidade da Secretaria de Fazenda

6. Certificado nacional

Para estar regular com o Governo Federal a empresa precisa da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitidos pela Receita Federal

7. Junta Comercial

Com todos as taxas em dia e os documentos de quitação em mãos, o empresário deve protocolar na Junta Comercial o pedido de arquivamento

8. Finalização

A baixa do CNPJ deve ser pedida no site da Receita. Isso vai gerar o Documento Básico de Entrada, que deve ser assinado e ter a firma reconhecida em cartório. Então é preciso apresentar duas vias do documento na Receita para o cancelamento definitivo

9. Caminho Simples

O MEI (Microempreendedor Individual) passa por menos obstáculos para fechar. Basta entrar no site do Portal do Empreendedor, pedir o cancelamento e seguir o roteiro. A baixa é definitiva e não pode ser revertida

Ajuda extra

O empreendedor pode realizar todos os passos, mas é recomendado contratar um contador para apurar o estoque, o mapa de depreciação dos ativos e o balanço contábil de encerramento. Já um advogado pode ser necessário para resolver conflitos entre sócios.

MWM renova acordo de fornecimento com o Grupo PLA

05/10/2016 – Fonte: Automotive Business



A MWM Motores renova o acordo de fornecimento com o Grupo PLA, formado por empresas dedicadas ao segmento agrícola, com produção de máquinas e implementos, além de prestação de serviços e desenvolvimento de tecnologias. A montadora utilizará os motores versão das famílias Série 10 e 12 agora com versões compatíveis com a legislação de emissões MAR-I .

Com potências na faixa entre 120 cv e 160 cv, os motores de 4 cilindros irão equipar os pulverizadores Hydra 200 e Orion 250, ambos fabricados pelo grupo em sua fábrica localizada em Canoas (RS) com início do fornecimento previsto para o primeiro semestre de 2017.

“Para a companhia é motivo de celebração a conquista de novos clientes e renovação de contratos correntes, como é o caso do Grupo PLA, com a nova plataforma de motores que atendem a legislação MAR – I.

Demonstra o trabalho e empenho de toda a equipe em oferecer aos nossos parceiros, produtos de tecnologia e com alto nível de qualidade e confiabilidade a diesel para o mercado brasileiro”, afirma o diretor de vendas e marketing para motores e peças da MWM Motores, Thomas Püschel.

Piaggio já importa Vespa e promete fábrica no Brasil

05/10/2016 – Fonte: Automotive Business



Por intermédio do grupo investidor Asset Beclly, a italiana Piaggio se instalou no Brasil. A empresa começa importando quatro scooters da marca Vespa e terá fábrica própria em Manaus em 2018. “A capacidade instalada inicial será para 35 mil unidades”, afirma o presidente da Piaggio do Brasil, Longino Morawski.

“A produção local poderá usar componentes vindos da China, da Índia e de qualquer uma das sete fábricas da Piaggio pelo mundo”, afirma o executivo. Os primeiros

modelos nacionalizados terão motor de 150 cc. A previsão inicial era começar a fabricar em Manaus em 2017, mas, por prudência, a companhia esticou o prazo para o ano seguinte, "mais provavelmente no primeiro semestre", diz o executivo.

Também por cautela, a italiana Piaggio preferiu deixar para o grupo investidor o risco da operação: "Eles sabem que o mercado brasileiro é complicado", afirma o vice-presidente da Asset Beclly, Giuseppe de Paula, sem revelar o volume investido no Brasil para a venda e produção local dos modelos.

Neste primeiro momento as simpáticas Vespinhas virão todas da Itália. Os primeiros modelos a chegar serão Primavera 125 e 150, Sprint 125 e 150, GTS 300 e 946 Emporio Armani, de 150 cc. A Piaggio preparou para o Brasil uma série comemorativa de mil unidades do Primavera 150.

Elas recebem uma plaqueta com a bandeira do Brasil estilizada e o número da série (de 0001 a 1000). A pré-venda começa no dia 10 de outubro pelo site www.vespabrasil.com.br. As vendas para valer dos quatro modelos se iniciam no dia 22 nos shoppings JK Iguatemi e Iguatemi Campinas.

A previsão da companhia é abrir 8 pontos até o fim deste ano, outros 10 em 2017, mais 22 em 2018. A expectativa de vender 2 mil Vespas ainda este ano, 12 mil no ano que vem e 35 mil produtos do Grupo Piaggio em 2018 parece exagerada. Uma conta rápida mostra que cada ponto aberto em 2016 terá de repassar 250 unidades em menos de três meses.

Em longo prazo, a Piaggio quer alcançar 10% do mercado brasileiro de duas rodas. A Yamaha, vice-líder, tem menos de 11% apesar de produzir localmente há 42 anos... No entanto, a estimativa empresa italiana se baseia no fato de que a participação dos scooters vem aumentando a cada ano, ao mesmo tempo em que encolhe a fatia de motos urbanas. Uma projeção de mercado exibida pela companhia demonstra que até o fim de 2020 a venda de scooters poderá superar a de motos urbanas de baixa cilindrada.

POSICIONAMENTO DE MERCADO

Pela origem italiana e também por conta do pagamento integral do imposto de importação, os produtos chegarão com preços elevados. "Não é uma operação rentável", admite Morawski". A Piaggio não revelou os valores a ser praticados e deixou claro o posicionamento premium que a marca terá.

Em vez de concessionárias, adotou o conceito de butikues, que ficarão dentro ou fora de shopping centers. Essas lojas reunirão estilos atual e retrô. Terão wi-fi e pontos de recarga de celulares para atrair os mais jovens.

Além de scooters, terão de vender muitas roupas, capacetes e acessórios para se manter abertas. Cada butique Vespa custará entre R\$ 5 milhões e R\$ 7 milhões. O grupo abrirá uma loja-modelo na zona sul da cidade de São Paulo, na região da Avenida Luís Carlos Berrini.

A Asset Bleclly Investments Management opera basicamente em Dubai e no Brasil explorando o potencial de empresas italianas que atuam em regra nos setores de tecnologia e serviços. Esse grupo investidor contratou Longino Morawski por sua experiência na área de duas rodas.

Ele comandou a operação da Harley-Davidson no País durante cinco anos. Assumiu em 2011, logo após a marca americana ter saído das mãos do Grupo Izzo. O executivo

e outros 44 profissionais contratados pela Asset Beclly estão em um escritório na zona sul da capital paulista.

Iveco apresenta conceito Z Truck, que prioriza aerodinâmica

05/10/2016 – Fonte: Automotive Business

A Iveco apresentou um protótipo de caminhão que aposta no conceito zero para emissões e acidentes, o Z Truck.

A novidade foi um dos destaques da empresa durante o IAA, salão de veículos comerciais que aconteceu em Hannover, na Alemanha, de 22 a 29 de setembro. A propulsão do modelo é feita com gás natural liquefeito, o Bio-GNL, que garante autonomia de 2,2 mil quilômetros e promete emissão de CO2 próxima de zero.

O caminhão prioriza a aerodinâmica e o espaço útil da cabine. Como o Z Truck pode rodar de forma autônoma, a ideia é oferecer boas condições para o motorista em seus diferentes usos, com configurações para guiar o veículo efetivamente, para torna-lo um escritório ou uma área de descanso.

A prioridade, aponta a Iveco, é oferecer a melhor interação homem-máquina ao entregar as informações certas na hora correta.

O modelo tecnológico foi desenvolvido no centro de design e inovação da CNH Industrial, controladora da Iveco. A ideia foi antecipar no caminhão o futuro do setor de transportes. O projeto rendeu à companhia 29 patentes.



Vendas globais caminham para recorde de 90 milhões de carros

05/10/2016 – Fonte: Automotive Business



As vendas de carros avançam globalmente. A consultoria Focus2Move projeta que até o fim de 2016 o mercado mundial alcance o recorde de 90 milhões de veículos de passeio vendidos este ano em todo o mundo.

Apenas entre janeiro e agosto os emplacamentos já passaram da marca de 60 milhões de unidades, o maior volume histórico para o período, com aumento de 3,2% na comparação com igual intervalo de 2015.

Entre os conglomerados fabricantes de carros, a liderança nos primeiros oito meses

do ano ficou com o Grupo Volkswagen, que produz veículos das marcas Volkswagen, Audi, Skoda, Seat, Lamborghini, Porsche, Bentley e Bugatti.

A companhia entregou 6,72 milhões de veículos globalmente no período, com expansão de 2,1%. A alta aconteceu apesar do dieselgate, fraude nos motores de 11 milhões de carros vendidos no mundo pelo grupo, principalmente na Europa.

A Toyota, por sua vez, ficou logo atrás do conglomerado alemão, com 6,56 milhões de carros negociados.

O volume é praticamente estável na comparação com janeiro a agosto de 2015, com leve contração de 0,1%. A Aliança Renault-Nissan completa o pódio das três maiores fabricantes de veículos do mundo, com 5,52 milhões de unidades e crescimento importante de 4,5%.

Na quarta colocação está o Grupo Hyundai, que cresceu 0,9% e entregou 5,24 milhões de carros. Os grupos norte-americanos só aparecem a partir da quinta posição, com a General Motors, que se manteve estável 5,11 milhões de veículos leves globalmente, considerando todas as suas joint ventures.

A Ford entregou 4,14 milhões de unidades, mas com crescimento de 2,6%. Os grupos FCA e Honda aparecem em seguida, com 3,25 milhões e 3,17 milhões de carros, respectivamente.

TOYOTA É A PRINCIPAL MARCA

Como conglomerado, a Toyota perdeu o posto de principal fabricante para o Grupo Volkswagen este ano. Quando a análise é feita por marca, no entanto, a japonesa lidera por larga margem, com 5,52 milhões de carros vendidos de janeiro a agosto.

O volume é estável na comparação com o mesmo período de 2015, mas ainda assim garante grande vantagem à empresa asiática. A marca Volkswagen, segunda mais vendida, teve 4,25 milhões de emplacamentos, também sem expansão sobre o resultado do ano passado.

A Ford é a terceira maior marca do mundo, com 4,07 milhões de unidades. Em seguida aparece a Nissan, com 3,16 milhões de carros, apenas 20 mil a mais do que Hyundai. A Honda é a sexta globalmente, mas em franco crescimento, que chega a 6,1% só até agosto de 2016, para 3,05 milhões de veículos leves. Chevrolet, Kia, Renault e Mercedes-Benz completam as 10 marcas mais vendidas no mundo.

VENDAS GLOBAIS DE CARROS Janeiro a agosto de 2016

Grupo	Vendas 2016	Vendas 2015	Variação (%)
1 Volkswagen	6.723.708	6.582.611	2,1
2 Toyota	6.560.955	6.564.517	-0,1
3 Renault-Nissan	5.522.330	5.283.053	4,5
4 Hyundai-Kia	5.245.538	5.197.344	0,9
5 General Motors	5.110.392	5.125.906	-0,3
6 Ford	4.170.084	4.063.171	2,6
7 FCA	3.259.828	3.141.895	3,8
8 Honda	3.179.933	3.014.417	5,4
9 PSA	2.144.107	2.182.186	-1,7
10 Suzuki	1.845.445	1.862.799	-0,9

Marca	Vendas 2016	Vendas 2015	Variação (%)
1 Toyota	5.520.826	5.526.563	-0,1
2 Volkswagen	4.255.735	4.261.658	-0,1
3 Ford	4.079.528	3.979.070	2,5
4 Nissan	3.164.184	3.137.653	0,8
5 Hyundai	3.144.627	3.127.435	0,5
6 Honda	3.051.549	2.877.223	6,1
7 Chevrolet	2.621.366	2.876.162	-8,9
8 Kia	2.132.882	2.069.678	3,1
9 Renault	1.515.026	1.335.992	13,4
10 Mercedes-Benz	1.494.357	1.349.927	10,7

Fonte: Focus2Move

Tupy fornece blocos de motor para Ford F-150

05/10/2016 – Fonte: Automotive Business



A Tupy é a fornecedora do bloco do motor 2.7 que equipa a nova picape americana Ford F-150. Feito de ferro grafite compactado (CGI), o componente também é aplicado nos modelos Edge e Taurus vendidos dentro do mercado chinês. O motor está entre os primeiros propulsores a gasolina a utilizar o CGI em grande escala.

O material tem alta resistência e traz como principal vantagem permitir a redução da espessura das paredes e, conseqüentemente, do peso do bloco. O material já era empregado pela Tupy no motor a diesel Powerstroke V8 6.7 utilizado em veículos pesados criados pela Ford.

O desenvolvimento dos blocos de ferro grafite compactado teve início em 2012 na fábrica da Tupy de Saltillo, no México. A planta recebeu investimentos para se adaptar à fabricação de produtos feitos de CGI em grande escala. A complexidade exigiu a implantação de um processo inovador de moldagem para atender às expectativas da Ford.